

FERNANDA MARINELA

# DIREITO ADMINISTRATIVO

14ª edição

2020

saraiva  jur

# Sumário

Apresentação .....	25
Nota à Décima Quarta Edição .....	27
Nota à Décima Terceira Edição .....	29
Nota à Décima Segunda Edição .....	33
Nota à Décima Primeira Edição .....	37
Nota à Décima Edição .....	41
Nota à Nona Edição .....	45
Nota à Oitava Edição .....	49
Nota à Sétima Edição .....	53
<b>Capítulo 1 – Noções Preliminares .....</b>	<b>57</b>
1. Direito .....	57
2. Direito Administrativo .....	58
2.1. Conceito .....	58
2.2. Relação com outros ramos do Direito .....	62
2.3. Fontes do Direito Administrativo .....	64
2.4. Codificação do Direito Administrativo .....	69
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo .....	69
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo .....	70
2.7. Sistemas administrativos .....	71
3. Estado, Governo e Administração Pública .....	71
3.1. Estado .....	71
3.1.1. Poderes e funções do Estado .....	72
3.1.2. Organização do Estado .....	74
3.2. Governo .....	74
3.3. Administração Pública .....	75
4. Atividade Administrativa .....	76
5. Quadro Sinóptico .....	76
<b>Capítulo 2 – Regime Jurídico Administrativo .....</b>	<b>79</b>
1. Conceito de Regime Jurídico Administrativo .....	79
2. Distinção entre Princípios e Regras .....	80
3. Princípios do Direito Administrativo .....	82
3.1. Princípio da supremacia do interesse público .....	82
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público .....	84
3.2.1. Conceito de interesse público .....	84
3.3. Princípio da legalidade .....	86

3.4.	Princípio da impessoalidade .....	90
3.5.	Princípio da finalidade .....	94
3.6.	Princípio da moralidade .....	95
3.7.	Princípio da publicidade .....	96
3.8.	Princípio da eficiência .....	100
3.9.	Princípio da isonomia .....	102
3.10.	Princípio do contraditório .....	105
3.11.	Princípio da ampla defesa .....	106
3.12.	Princípio da razoabilidade .....	108
3.13.	Princípio da proporcionalidade .....	110
3.14.	Princípio da continuidade .....	111
3.15.	Princípio da autotutela .....	122
3.16.	Princípio da especialidade .....	123
3.17.	Princípio da presunção de legitimidade .....	124
3.18.	Princípio da motivação .....	124
3.19.	Princípio da segurança jurídica .....	126
4.	A Inobservância de um Princípio .....	128
5.	Quadro Sinóptico .....	128
6.	Súmulas Correlatas .....	131
6.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	131
6.2.	Súmulas do STF .....	132
6.3.	Súmulas do STJ .....	132
<b>Capítulo 3 – Organização da Administração .....</b>		<b>135</b>
1.	Administração Pública – Organização Administrativa .....	135
1.1.	Princípios fundamentais da Administração Pública Federal .....	136
1.2.	A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes .....	137
2.	Formas de Prestação da Atividade Administrativa .....	138
2.1.	Formas de descentralização .....	139
3.	Órgãos Públicos .....	141
3.1.	Principais características .....	142
3.2.	Classificação .....	145
4.	Administração Direta .....	147
5.	Administração Indireta .....	148
5.1.	Características gerais .....	149
5.2.	Autarquias .....	153
5.2.1.	Conceito e outras considerações .....	153
5.2.2.	Regime jurídico .....	154
5.2.3.	Autarquias profissionais .....	171
5.2.4.	Autarquias territoriais .....	182
5.2.5.	Autarquias de regime especial .....	182
5.3.	Agências reguladoras .....	182
5.3.1.	Conceito e função .....	182
5.3.2.	Espécies de agências .....	184
5.3.3.	Regime especial .....	185
5.3.4.	Regras gerais .....	186
5.3.4.1.	Estrutura organizacional .....	186

5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras	187
5.3.4.3.	Regime de pessoal	190
5.3.4.4.	Licitação	192
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras	193
5.3.4.6.	Prestação de contas e Controle social	195
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras	196
5.4.	Fundação pública	198
5.4.1.	Conceito	198
5.4.2.	Natureza jurídica	199
5.4.3.	Fundação pública de direito público	202
5.4.4.	Fundação pública de direito privado	203
5.5.	Agências executivas	205
5.6.	Empresas estatais	206
5.6.1.	Conceitos	206
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	207
5.6.3.	Finalidades	209
5.6.4.	Regime jurídico	210
6.	Quadro Sinóptico	233
7.	Súmulas Correlatas	236
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	236
7.2.	Súmulas do STF	236
7.3.	Súmulas do STJ	237
<b>Capítulo 4 – Terceiro Setor</b>		<b>239</b>
1.	Setores da Economia Nacional	239
2.	Entes de Cooperação	240
2.1.	Serviços sociais autônomos	241
2.2.	Entidades de apoio	245
2.3.	Organizações sociais	247
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público	252
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip	254
2.5.	Organização da sociedade civil	254
3.	Parcerias com Poder Público	255
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014	256
3.1.1.	Organização da sociedade civil	259
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41)	260
3.1.3.	Formalização	261
3.1.3.1.	Seleção	261
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público	261
3.1.3.1.2.	Chamamento público	262
3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação	266
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria	268
3.1.4.1.	Planejamento	268
3.1.4.2.	Regras para execução	269
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação	270

3.1.4.4. Prestação de contas.....	271
3.1.5. Responsabilidades e sanções .....	273
3.2. Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019 .....	274
4. Quadro Sinóptico.....	277
5. Súmulas Correlatas .....	282
5.1. Súmulas do STF .....	282
5.2. Súmulas do STJ .....	283

**Capítulo 5 – Poderes da Administração e dos Administradores ..... 285**

1. Conceito .....	285
2. Características .....	285
3. Poder Vinculado e Poder Discricionário.....	286
4. Poder Regulamentar.....	287
4.1. Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	288
4.2. Tipos de regulamento.....	289
4.3. Controle dos atos administrativos .....	292
5. Poder Hierárquico .....	294
6. Poder Disciplinar .....	295
7. Poder De Polícia .....	299
7.1. Conceito .....	299
7.2. A expressão “poder de polícia” .....	301
7.3. Fundamento e essência do poder de polícia.....	301
7.4. Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	303
7.5. Delegação dos atos de polícia .....	304
7.6. Atributos do poder de polícia.....	306
7.7. Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade .....	308
7.8. Controle dos atos de polícia .....	308
7.9. Setores da polícia administrativa.....	309
7.10. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	309
8. Poderes e Deveres do Administrador Público.....	310
8.1. Deveres do administrador .....	310
8.2. Uso e abuso de poder .....	310
8.3. Formas de abuso de poder .....	311
8.4. Abuso de poder e legalidade.....	312
9. Quadro Sinóptico.....	312
10. Súmulas Correlatas .....	314
10.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	314
10.2. Súmulas do STF .....	314
10.3. Súmulas do STJ .....	315

**Capítulo 6 – Ato Administrativo ..... 317**

1. Introdução e Conceito.....	317
1.1. Ato e fato jurídico.....	317
1.2. Ato da administração e ato administrativo .....	319
1.3. Conceito de ato administrativo.....	321
2. Vinculação e Discricionariedade .....	323
3. Elementos do Ato Administrativo .....	325

3.1.	Sujeito competente .....	326
3.1.1.	Principais regras .....	327
3.2.	Forma .....	329
3.2.1.	Princípio da solenidade .....	330
3.2.2.	Silêncio administrativo .....	331
3.2.3.	Vício na forma .....	332
3.3.	Motivo .....	333
3.3.1.	Legalidade do motivo .....	333
3.3.2.	Principais distinções .....	334
3.3.3.	Teoria dos motivos determinantes .....	339
3.4.	Objeto .....	340
3.4.1.	Requisitos de validade .....	341
3.4.2.	Discricionariedade e vinculação .....	342
3.5.	Finalidade .....	342
3.5.1.	Distinções: motivo, objeto e finalidade .....	343
3.6.	Quadro comparativo .....	343
4.	Mérito Administrativo .....	345
4.1.	Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário .....	347
5.	Atributos do Ato Administrativo .....	349
5.1.	Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade .....	349
5.2.	Autoexecutoriedade .....	350
5.3.	Imperatividade .....	351
5.4.	Tipicidade .....	351
6.	Classificação .....	352
6.1.	Quanto aos destinatários .....	352
6.2.	Quanto ao alcance .....	352
6.3.	Quanto à manifestação de vontade .....	353
6.4.	Quanto ao grau de liberdade .....	353
6.5.	Quanto ao objeto .....	353
6.6.	Quanto à formação .....	355
6.7.	Quanto à estrutura do ato .....	356
6.8.	Quanto aos efeitos .....	356
6.9.	Quanto aos resultados na esfera jurídica .....	357
6.10.	Quanto à situação jurídica que criam .....	357
7.	Modalidades de Atos Administrativos .....	357
7.1.	Atos normativos .....	357
7.2.	Atos ordinatórios .....	359
7.3.	Atos negociais .....	360
7.4.	Atos enunciativos .....	363
7.5.	Atos punitivos .....	364
8.	Formação e Efeitos .....	365
8.1.	Perfeição .....	365
8.2.	Validade .....	366
8.3.	Eficácia .....	366
8.4.	Possíveis combinações .....	367
9.	Extinção do Ato Administrativo .....	368
9.1.	Formas de extinção .....	369

9.2.	Invalidação.....	370
9.2.1.	Formas de invalidação.....	370
9.2.2.	Anulação.....	373
9.2.3.	Convalidação e sanatória.....	378
9.2.4.	Estabilização de efeitos.....	379
9.2.5.	Possíveis vícios do ato administrativo.....	385
9.3.	Revogação.....	386
9.4.	Coisa julgada administrativa.....	389
10.	Quadro Sinóptico.....	390
11.	Súmulas Correlatas.....	395
11.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	395
11.2.	Súmulas do STF.....	395
11.3.	Súmulas do STJ.....	396

**Capítulo 7 – Licitação..... 399**

1.	Conceito e Finalidades.....	399
2.	Competência para Legislar.....	400
3.	Sujeitos à Licitação.....	404
4.	Princípios Básicos.....	411
5.	Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade.....	417
5.1.	Inexigibilidade.....	418
5.1.1.	Pressupostos para a realização da licitação.....	418
5.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	419
5.1.2.1.	Bem singular.....	419
5.1.2.2.	Serviços singulares.....	420
5.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade.....	422
5.2.	Dispensa de licitação.....	423
5.2.1.	Licitação dispensada.....	424
5.2.2.	Licitação dispensável.....	426
5.3.	Imperfeições.....	433
6.	Registros de Preços.....	434
7.	Registros Cadastrais.....	435
8.	Modalidades.....	436
8.1.	Concorrência.....	441
8.2.	Tomada de preços.....	442
8.3.	Convite.....	443
8.4.	Concurso.....	445
8.5.	Leilão.....	445
8.6.	Pregão.....	446
8.6.1.	Pregão eletrônico.....	449
8.7.	Outras modalidades.....	450
9.	Algumas Licitações.....	451
9.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	451
9.2.	Licitações internas e internacionais.....	452
9.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	453
9.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	456
9.5.	Regime Diferenciado de Contratações (RDC).....	457

9.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016)	460
10. Comissões de Licitação	467
11. Procedimento	468
11.1. Procedimento da concorrência	468
11.1.1. Fase interna	469
11.1.2. Fase externa	476
11.2. Procedimento para tomada de preços	487
11.3. Procedimento para convite	488
11.4. Procedimento para concurso	488
11.5. Procedimento para leilão	489
11.6. Procedimento para pregão	489
11.7. Procedimento do pregão eletrônico	492
11.7.1. Fase interna	493
11.7.2. Fase externa	494
12. Recursos	496
13. Quadro Sinóptico	498
14. Súmulas Correlatas	503
14.1. Súmulas do STF	503
14.2. Súmula do STJ	503
<b>Capítulo 8 – Contratos Administrativos</b>	<b>505</b>
1. Conceito	505
2. Características	506
3. Formalismo	507
4. Cláusulas Necessárias	511
5. Garantia	513
6. Duração do Contrato	514
7. Pagamentos devidos ao Contratado	516
8. Cláusulas Exorbitantes	517
9. Alteração Contratual	520
9.1. Teoria da Imprevisão	524
10. Responsabilidades	526
11. Regras para Entrega do Objeto do Contrato	530
12. Formas de Extinção	530
13. Sanções	535
14. Responsabilização Criminal, Civil e Administrativa	538
15. Contratos em Espécie	539
15.1. Contratos propriamente ditos	540
15.2. Contrato de concessão	540
15.3. Contrato de permissão de serviço público	541
15.4. Contrato de gestão	542
16. Convênios e Consórcios	544
17. Consórcios Públicos	546
18. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	553
19. Quadro Sinóptico	555
20. Súmulas Correlatas	559
20.1. Súmulas do STF	559



20.2.	Súmulas do STJ .....	559
<b>Capítulo 9 – Serviços Públicos .....</b>		<b>561</b>
1.	Conceito e Elementos Definidores.....	561
2.	Princípios .....	563
2.1.	Princípio da continuidade .....	565
2.1.1.	Instrumentos para garantir a continuidade .....	565
2.1.2.	Possibilidades de interrupção do serviço.....	572
3.	Determinação Constitucional.....	580
4.	Classificação.....	581
5.	Delegação do Serviço Público.....	585
5.1.	Concessão comum de serviço público.....	586
5.1.1.	Fundamento legal.....	586
5.1.2.	Conceito .....	586
5.1.3.	Poder concedente.....	587
5.1.3.1.	Direitos e obrigações do poder concedente.....	588
5.1.4.	O concessionário .....	589
5.1.4.1.	Direitos e obrigações do concessionário .....	589
5.1.5.	Direitos e obrigações do usuário.....	592
5.1.6.	Natureza jurídica .....	593
5.1.7.	Distinções.....	594
5.1.8.	Formalidades da concessão .....	594
5.1.8.1.	Procedimento licitatório .....	595
5.1.8.2.	Contrato de concessão .....	597
5.1.8.3.	Possibilidades de transferência .....	598
5.1.9.	A remuneração e a política tarifária .....	600
5.1.10.	Formas de extinção.....	603
5.2.	Parcerias do Poder Público com os particulares.....	605
5.2.1.	Conceito .....	606
5.2.2.	Legislação .....	606
5.2.3.	Objetivos.....	607
5.2.4.	Modalidades .....	608
5.2.5.	Características .....	609
5.2.6.	Diretrizes.....	610
5.2.7.	Formalização da concessão especial.....	611
5.2.7.1.	Procedimento licitatório .....	611
5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	613
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico .....	614
5.2.8.	Vedações.....	615
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	615
5.3.	Permissão de serviço público .....	617
5.3.1.	Conceito e requisitos .....	617
5.3.2.	A precariedade e a formalização .....	618
5.3.3.	Principais diferenças.....	620
5.4.	Autorização de serviço público .....	621
6.	Quadro Sinóptico.....	621
7.	Súmulas Correlatas .....	625

7.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	625
7.2. Súmulas do STF.....	625
7.3. Súmulas do STJ.....	626

## **Capítulo 10 – Agentes Públicos ..... 627**

1. Conceito.....	627
2. Classificação.....	628
2.1. Agentes políticos.....	629
2.2. Servidores estatais.....	631
2.2.1. Servidores públicos.....	631
2.2.1.1. Regime jurídico dos servidores públicos.....	632
2.2.1.1.1. Regime jurídico único.....	635
2.2.1.1.2. A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	637
2.2.1.1.3. Garantia de manutenção do regime jurídico.....	641
2.2.2. Servidores de entes governamentais de direito privado.....	642
2.3. Particulares em colaboração com a administração.....	645
3. Organização Funcional.....	647
3.1. Conceitos.....	647
3.1.1. Cargo público.....	648
3.1.2. Função pública.....	649
3.1.2.1. Cargo em comissão e função de confiança: distinção.....	650
3.1.3. Emprego público.....	651
3.1.4. Contrato temporário.....	652
3.2. Cargo público – regras gerais.....	653
3.2.1. Classificação.....	653
3.2.2. Provimento.....	655
3.2.3. Nomeação, posse e exercício.....	661
3.2.4. Formas de deslocamento.....	662
3.2.5. Vacância.....	664
3.2.6. Desinvestidura – exoneração e demissão.....	665
4. Regras Constitucionais.....	668
4.1. Acessibilidade.....	668
4.2. Concurso público.....	669
4.2.1. Exceções ao concurso público.....	671
4.2.2. Requisitos para concurso.....	681
4.2.3. Publicidade.....	698
4.2.4. Mudança no edital de concurso.....	699
4.2.5. Prazo de validade.....	701
4.2.6. Direito à nomeação.....	701
4.2.7. Realização de novo concurso público.....	710
4.2.8. Concurso público e a possibilidade de controle.....	711
4.2.9. Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	714
4.2.10. Contratação irregular – consequências.....	719
4.3. Competência para julgamento das ações.....	721
4.4. Contratação temporária.....	722
4.5. Estabilidade.....	730

4.5.1.	Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade .....	730
4.5.2.	Estabilidade e o texto constitucional .....	731
4.5.2.1.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público .....	735
4.5.2.2.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado .....	736
4.5.2.3.	Estabilidade em resumo .....	737
4.5.3.	Estabilidade e dispensa .....	738
4.5.4.	Estágio probatório .....	744
4.6.	Direito de greve .....	749
4.7.	Direito à sindicalização .....	754
4.8.	Acumulação .....	755
4.9.	Sistema remuneratório .....	762
4.9.1.	Modalidades remuneratórias .....	762
4.9.2.	Regras para fixação da remuneração .....	765
4.9.3.	Revisão remuneratória .....	766
4.9.4.	Teto remuneratório .....	768
4.9.5.	Princípio da irredutibilidade .....	777
4.9.6.	Princípio da isonomia .....	778
4.9.7.	Proibição de vinculação e equiparação .....	779
4.9.8.	Pagamentos em atraso .....	780
4.10.	Direitos sociais .....	781
4.11.	Limite de despesas com pessoal .....	783
4.12.	Aposentadoria .....	785
4.12.1.	Conceitos fundamentais – premissas .....	785
4.12.2.	Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças .....	788
4.12.3.	Modalidades .....	798
4.12.4.	Princípio da integralidade .....	802
4.12.5.	Princípio da paridade .....	802
4.12.6.	Teto de proventos e regime complementar .....	803
4.12.7.	Contribuição dos inativos e pensionistas .....	805
4.12.8.	Cenário atual .....	807
5.	Direitos e Vantagens dos Servidores Estatutários .....	809
6.	Deveres e Responsabilidades dos Servidores Estatutários .....	816
7.	Quadro Sinóptico .....	818
8.	Súmulas Correlatas .....	824
8.1.	Súmulas Vinculantes .....	824
8.2.	Súmulas do STF .....	826
8.3.	Súmulas do STJ .....	828
8.4.	Súmulas do TST .....	830
<b>Capítulo 11 – Bens Públicos.....</b>		<b>833</b>
1.	Domínio Público .....	833
2.	Conceito .....	833
3.	Competência Legislativa .....	837
4.	Classificação dos Bens Públicos .....	837
5.	Afetação e Desafetação .....	842
6.	Regime Jurídico dos Bens Públicos .....	845

7.	Aquisição de bens para o Patrimônio Público .....	849
8.	Alienação de Bens Públicos .....	852
9.	Gestão de Bens Públicos.....	855
9.1.	Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	857
10.	Bens Públicos em espécie .....	860
11.	Quadro Sinóptico.....	866
12.	Súmulas Correlatas .....	868
12.1.	Súmulas do STF.....	868
12.2.	Súmula do STJ.....	868

## **Capítulo 12 – Intervenção na Propriedade..... 869**

1.	Direito de propriedade .....	869
2.	Intervenção na propriedade .....	870
3.	Fundamentos e regras constitucionais .....	870
4.	Modalidades de intervenção.....	871
4.1.	Limitação administrativa.....	872
4.1.1.	Indenização .....	873
4.1.2.	Controle.....	879
4.2.	Servidão administrativa .....	880
4.2.1.	Elementos definidores .....	880
4.2.2.	Formas de constituição.....	881
4.2.3.	Indenização .....	882
4.2.4.	Distinções.....	882
4.2.5.	Causas extintivas.....	883
4.2.6.	Modalidades .....	884
4.3.	Requisição.....	885
4.4.	Ocupação temporária.....	887
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária .....	887
4.4.2.	Distinções.....	889
4.5.	Tombamento .....	889
4.5.1.	Conceito e características.....	889
4.5.2.	Natureza jurídica.....	890
4.5.3.	Competência.....	892
4.5.4.	Bens objeto de tombamento.....	893
4.5.5.	Modalidades .....	894
4.5.6.	Obrigações.....	895
4.5.7.	Indenização .....	897
4.5.8.	Procedimento .....	898
4.5.9.	Extinção.....	899
4.6.	Desapropriação.....	900
4.6.1.	Objeto.....	901
4.6.2.	Competência.....	904
4.6.3.	Modalidades de desapropriação.....	906
4.6.3.1.	Desapropriação comum .....	906
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória .....	910
4.6.3.3.	Desapropriação indireta.....	915
4.6.3.4.	Desapropriação privada .....	919

4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados .....	919
4.6.5.	Procedimento administrativo .....	921
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação .....	924
4.6.7.	Da indenização .....	928
4.6.8.	Ação de desapropriação rural .....	939
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse .....	940
4.6.10.	Direito de extensão .....	942
4.6.11.	Tredestinação .....	942
4.6.12.	Retrocessão .....	943
5.	Quadro Sinóptico .....	945
6.	Súmulas Correlatas .....	949
6.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	949
6.2.	Súmulas do STF .....	949
6.3.	Súmulas do STJ .....	950

### **Capítulo 13 – Responsabilidade Civil do Estado .....** **953**

1.	Aspectos Gerais – Fundamentos .....	953
2.	Evolução .....	955
3.	Tipos de responsabilidade .....	958
4.	Elementos definidores .....	959
4.1.	Sujeitos .....	959
4.2.	Conduta estatal lesiva .....	962
4.3.	Dano indenizável .....	972
4.4.	A indenização .....	975
4.5.	Hipóteses de exclusão .....	976
5.	Vias para Reparação do Dano .....	979
6.	Ação Judicial – Legitimidade Passiva .....	980
7.	Ação Regressiva .....	983
8.	Denúnciação da Lide .....	984
9.	Prescrição .....	985
10.	Quadro Sinóptico .....	991
11.	Súmulas Correlatas .....	994
11.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	994
11.2.	Súmula do STF .....	994
11.3.	Súmulas do STJ .....	994

### **Capítulo 14 – Controle da Administração .....** **995**

1.	Introdução e Conceito .....	995
2.	Evolução .....	996
3.	Controle do Estado – Atividade Política e Atividade Administrativa .....	996
4.	Controle da Atividade Administrativa .....	998
4.1.	Classificação .....	1000
4.1.1.	Quanto ao órgão controlador .....	1000
5.	Controle Administrativo .....	1005
5.1.	Aspectos gerais .....	1005
5.2.	Meios de controle .....	1007
5.3.	Órgãos específicos de controle .....	1011

6.	Controle Legislativo .....	1015
6.1.	Tribunais de Contas .....	1016
7.	Controle Judicial .....	1022
7.1.	Meios de controle judicial.....	1023
7.1.1.	Mandado de segurança .....	1023
7.1.2.	Ação popular .....	1026
7.1.3.	Ação civil pública .....	1027
7.1.4.	Mandado de injunção .....	1028
7.1.5.	<i>Habeas data</i> .....	1030
7.1.6.	Ação direta de inconstitucionalidade.....	1030
8.	Atos <i>Interna Corporis</i> .....	1031
9.	Quadro Sinóptico .....	1032
10.	Súmulas Correlatas .....	1035
10.1.	Súmulas Vinculantes.....	1035
10.2.	Súmulas do STF .....	1035
10.3.	Súmulas do STJ .....	1037

## **Capítulo 15 – Processo Administrativo .....** 1041

1.	Conceito .....	1041
2.	Fontes do Processo Administrativo .....	1041
3.	Objetivos e Obrigatoriedade .....	1042
4.	Princípios do Processo Administrativo .....	1044
4.1.	Princípio do devido processo legal .....	1044
4.2.	Princípio do contraditório .....	1045
4.3.	Princípio da ampla defesa.....	1046
4.4.	Princípio da verdade real.....	1051
4.5.	Princípio da legalidade e princípio da finalidade .....	1051
4.6.	Princípio da motivação.....	1052
4.7.	Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1053
4.8.	Princípio da oficialidade.....	1054
4.9.	Princípio da autotutela .....	1054
4.10.	Princípio da celeridade.....	1055
5.	Modalidades de Procedimento .....	1056
6.	A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1057
6.1.	Aspectos gerais.....	1057
6.2.	Fases do procedimento.....	1061
7.	Procedimento Administrativo Disciplinar.....	1065
7.1.	Conceito e finalidade.....	1065
7.2.	Tipos de procedimento disciplinar.....	1066
7.2.1.	Sindicância .....	1066
7.2.2.	Processo administrativo propriamente dito.....	1068
7.2.3.	Processo sumário.....	1068
7.2.4.	Verdade sabida.....	1070
7.3.	Processo administrativo disciplinar propriamente dito.....	1070
7.4.	Prescrição e duração do processo.....	1077
7.5.	Independência das instâncias.....	1083
8.	Controle pelo Poder Judiciário .....	1084

9.	Quadro Sinóptico.....	1084
10.	Súmulas Correlatas .....	1088
10.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	1088
10.2.	Súmulas do STF .....	1089
10.3.	Súmulas do STJ .....	1090

**Capítulo 16 – Improbidade Administrativa..... 1093**

1.	Introdução.....	1093
2.	Conceito .....	1094
3.	Competência Legislativa.....	1095
4.	Fonte Normativa .....	1096
5.	Bem Jurídico Tutelado.....	1098
6.	Natureza do Ilícito de Improbidade Administrativa .....	1098
7.	Composição do Ato de Improbidade Administrativa.....	1100
7.1.	Sujeito ativo.....	1100
7.2.	Sujeito passivo .....	1104
7.3.	Conduta típica.....	1105
7.4.	Elemento Subjetivo.....	1110
7.5.	Dano.....	1111
8.	Cominações ao Ato de Improbidade.....	1112
9.	Procedimentos Administrativo e Judicial .....	1115
9.1.	Processo Administrativo .....	1115
9.2.	Processo Judicial .....	1116
10.	Prescrição.....	1121
11.	Outras Previsões Legais sobre Atos de Improbidade Administrativa .....	1121
12.	Quadro Sinóptico.....	1122
13.	Súmulas Correlatas .....	1126
13.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	1126
13.2.	Súmulas do STF .....	1127
13.3.	Súmulas do STJ .....	1127

**Referências Bibliográficas ..... 1129**